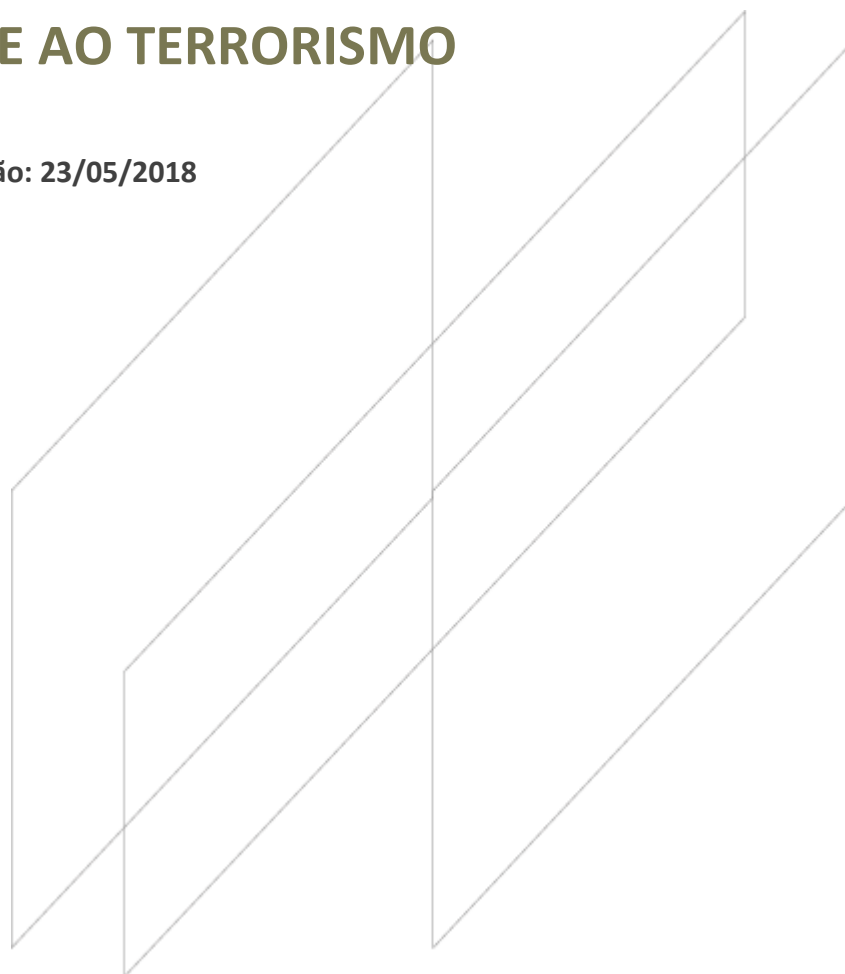




POLÍTICA DE PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO E COMBATE AO TERRORISMO

Última atualização: 23/05/2018



Produzido pela área de Compliance.
Aprovado e revisado pelo Comitê de Compliance.

A reprodução e a distribuição desta Política fora do MODAL sem a devida autorização é terminantemente proibida e constitui uma violação da política de controles internos.

ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO	3
II. ABRANGÊNCIA	3
III. OBJETIVOS	3
IV. BASE LEGAL	4
V. SIGILO DAS INFORMAÇÕES	4
VI. PROCESSO DE ON BOARDING	4
VII. PROCESSO DE MONITORAMENTO	11
VIII. OUTRAS FORMAS DE CONTROLE	12
IX. DISTRIBUIDORES	14
X. FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES	14
XI. PARAÍSO FISCAIS	16
XII. TREINAMENTO	16
XIII. CONSIDERAÇÕES FINAIS	17
XIV. ATUALIZAÇÕES	17
ANEXO I – QUESTIONÁRIO PADRÃO	18
ANEXO II – LISTA DE PROFISSÕES	19
ANEXO III – MATRIZ DE RISCO CORPORATE	20
ANEXO IV – MATRIZ DE RISCO VAREJO	21
ANEXO V . FINANCIAL REPORTING AUTHORITY	22

I. INTRODUÇÃO

A lavagem de dinheiro é entendida como sendo o conjunto de operações comerciais ou financeiras que busca incorporar à economia formal recursos que se originam de atos ilícitos, dando-lhes aparência legítima. As atividades de captação, intermediação e aplicação de recursos próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, podem ser utilizadas na prática de transações financeiras ilegais, o que torna o sistema financeiro particularmente vulnerável à lavagem de dinheiro.

O terrorismo por sua vez caracteriza-se pelo uso indiscriminado de violência, física ou psicológica, através de ataques a pessoas ou instalações, com o objetivo de suscitar o sentimento de medo na sociedade, desorganizando-a e enfraquecendo politicamente governos ou Estados para a tomada do poder. É utilizado por uma grande gama de instituições como forma de alcançar seus objetivos, como organizações políticas, grupos separatistas e até por governos no poder.

A globalização dos serviços financeiros e o avanço tecnológico, ao permitirem uma mobilidade de capitais sem precedentes, exigem das instituições financeiras atenção redobrada e constante na prevenção dos crimes listados, para que se consiga evitar que o sistema financeiro como um todo seja utilizado como intermediador de recursos provenientes de negócios ilícitos. A par disso, trata-se de salvaguardar os bancos e demais instituições financeiras contra danos à sua imagem e reputação, além da imposição das sanções previstas na legislação e regulamentação aplicáveis.

O Modal tem o propósito de conduzir seus negócios observando a legislação em vigor. Isto posto, possui procedimentos que estão de acordo com o disposto nas normas regulatórias, mitigando os riscos inerentes ao que tange à prevenção aos crimes de lavagem de dinheiro.

II. ABRANGÊNCIA

Esta política deverá ser cumprida por todos os associados às empresas integrantes do Grupo Modal (Modal), especialmente por aqueles profissionais alocados em áreas que possuem relacionamento com clientes e fornecedores. Assim, cada associado é responsável pela identificação e reporte aos Diretores ou área de Compliance, quando observada qualquer situação que possa caracterizá-la como suspeita, para que o Modal tome as medidas cabíveis tempestivamente.

III. OBJETIVOS

Os principais objetivos desta Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo (PLD/CFT) são:

- Estabelecer normas e procedimentos mínimos para o cumprimento das atividades de PLD/CFT;
- Estabelecer funções e responsabilidades relacionadas ao cumprimento das atividades de PLD/CFT;
- Enfatizar a importância acerca do tema PLD/CFT, que tem abrangência institucional;
- Demonstrar a preocupação do Modal em cumprir as leis que tratam do assunto.

IV. BASE LEGAL

São inúmeras as leis que deliberam sobre prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo. Abaixo, seguem as principais a serem observadas:

Lei 9.613 de 03 de março de 1998: tipifica o crime de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores, e institui medidas que conferem maior responsabilidade aos entes que compõem o sistema financeiro, criando ainda no âmbito do Ministério da Fazenda, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras ("COAF").

Circular nº 3.461, emitida em 24 de julho de 2009: que consolida as regras sobre os procedimentos a serem adotados na prevenção e combate às atividades relacionadas com os crimes previstos na lei nº 9.613/1998.

Lei 12.846 de 1º de agosto de 2013: dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências;

Carta-Circular BC 3.542 emitida em 12 de março de 2012: divulga relação de operações e situações que podem configurar indícios de ocorrência dos crimes de lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo. Esta carta-circular revoga a Carta-Circular 2.826/98.

Instrução CVM 301, emitida em 16 de abril de 1999: dispõe sobre a identificação, o cadastro, o registro, as operações, a comunicação, os limites e a responsabilidade administrativa referente aos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores;

Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015: dispõe sobre a responsabilização administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

V. SIGILO DAS INFORMAÇÕES

Todas as informações que tratam de indícios / suspeitas de lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo são de caráter confidencial, não devendo, em hipótese alguma, serem disponibilizadas a terceiros.

As comunicações de casos suspeitos que tratam a Circular BACEN 3.461 não devem ser levadas ao conhecimento do cliente envolvido. Os colaboradores da área de Compliance (dentro de suas responsabilidades e suas funções) estão autorizados a participar do processo de identificação e reporte para o envio e uso exclusivo dos Órgãos Reguladores no âmbito de análise e investigação.

VI. PROCESSO DE ON BOARDING

O Modal desenvolveu esta política que visa assegurar e monitorar o cumprimento das disposições da Lei nº 9.613/98 e demais regulamentações aplicáveis. A implementação dessa política objetiva evitar que o Modal seja utilizado para a ocultação da origem de recursos provenientes de atividades criminosas, bem como a responsabilização administrativa e criminal de sua diretoria e/ou de seus associados.

As principais etapas deste processo são:

VI.1 - Quanto aos Associados:

Atuamos de acordo com procedimentos específicos de avaliação e monitoramento descritos na Política Conheça seu Funcionário (“KYE”).

VI.2 - Quanto aos Clientes:

Política Conheça seu Cliente (“KYC”) – Prospecção e início de relacionamento;

Atuação do Compliance – Análise do Compliance, Nivelamento de Risco, Monitoramento e, quando necessário, comunicação ao COAF.

Nota: O Modal considera todos os seus clientes como “Permanentes”, exigindo de todos os seus clientes cadastro completo, ainda que optem por não abertura de conta corrente.

Para fins desta Política trataremos a seguir as etapas referentes à análise e aprovação de Clientes da Instituição.

VI.2.1 - Política Conheça seu Cliente (Know Your Customer “KYC”)

Conhecer o cliente é uma das principais exigências para que a Instituição possua práticas financeiras sólidas e seguras.

O conhecimento adequado do cliente minimiza a entrada de capital originário de atividades ilícitas / criminosas na Instituição.

Desde a fase da prospecção, o Officer (responsável pelo relacionamento com o cliente) deve estar atento não só às suas metas quantitativas, mas também, às qualitativas, buscando clientes que se enquadrem na estratégia operacional do Modal. O Officer que oferta os produtos do Modal, deve expor a presente política como um diferencial do mais alto grau de governança, demonstrando sempre positivamente a importância dos procedimentos adotados.

O Officer é responsável pelo completo preenchimento do formulário Conheça seu Cliente (“KYC”) descrevendo todas as informações sobre o cliente que estão em seu domínio, devendo o mesmo esforçar-se em buscar as informações que por acaso desconheça e atentar-se para as questões relevantes, fazendo a diligência necessária para prevenção aos crimes financeiros abrangidos por esta política.

A identificação dos clientes deverá abranger procuradores (no caso em que o cliente indica por meio de procuração com poderes específicos) e, no caso de pessoa jurídica, seus sócios / controladores e empresas integrantes do mesmo grupo/conglomerado, além dos beneficiários finais, que são todas as pessoas naturais participantes da organização societária.

A qualidade do preenchimento do (“KYC”) deve ser observado por todos os envolvidos, sendo de responsabilidade do Officer do cliente a clareza, objetividade e integridade das informações descritas neste relatório.

É fundamental que as informações sobre o cliente sejam descritas no (“KYC”) antes da concretização da operação. O preenchimento do formulário Conheça seu Cliente deverá ser feito inicialmente através do envio ao Compliance de e-mail padrão com as informações mínimas necessárias para a adequada análise

dos clientes. Tais informações serão transcritas na Tela de Compliance mantida no sistema SMART (sistema interno utilizado pelo Modal).

Complementarmente, além das informações encaminhadas ao Compliance antes do início do relacionamento com os clientes, deve-se observar os requerimentos de identificação cadastral exigidos para cada tipo de cliente, abrangendo todos os envolvidos até a completa identificação dos beneficiários finais.

As revisões das análises deverão ocorrer em conformidade com nível de risco observado em relação ao processo de *on boarding* e ainda em função de operações ou situações que demonstrem alteração do nível de risco apresentado pelo cliente.

Quanto à documentação, cabe salientar:

- Para clientes PJ, tanto para os domiciliados no país ou não residentes, é obrigatória a identificação dos beneficiários finais. Para tal, deve-se preencher na ficha cadastral no campo de beneficiário final ou Termo específico para este fim, constante dos KITs Cadastrais;
- Para clientes PJ é desejável que se obtenha o organograma societário do cliente e considerando toda a relação de pessoas naturais participantes de sua estrutura societária;
- Para clientes PJ que apresentarem o DIPJ do último exercício, Dacon atualizado, ou documento fiscal correspondente, fica dispensada a apresentação do Balanço Patrimonial do último exercício, no entanto as informações exigidas no formulário “KYC” deverão ser devidamente preenchidas, sendo necessário o preenchimento do campo de faturamento médio dos últimos 12 meses;
- Para clientes PF torna-se indispensável à obtenção da informação relativa aos rendimentos e patrimônio com a respectiva origem deste;
- Para os Fundos de Investimento é necessária a obtenção das informações até as pessoas naturais responsáveis por sua administração, dessa forma, além do cadastro do próprio Fundo é necessária a obtenção das informações cadastrais do Administrador, considerando as pessoas físicas que compõem sua estrutura administrativa;
- No caso de empresas abertas, as informações cadastrais devem abranger as pessoas naturais autorizadas a representá-la, bem como seus controladores, administradores e diretores.

Quanto às regras de obrigatoriedade de preenchimento do formulário (“KYC”), cabe ressaltar que:

- O formulário “KYC” é requerido a todos os clientes PF e PJ;
- O formulário “KYC” não é requerido para clientes Fundos de Investimento, sendo para esses clientes solicitado preenchimento de questionário de *due diligence* específico para instituições obrigadas a manter procedimentos de PLD/CFT;
- Nos casos de co-titulares, pode-se assumir o Relatório Conheça seu Cliente (especialmente os campos que solicitam os valores de patrimônio e renda) idêntico ao do respectivo titular. No entanto, é desejável que caso o co-titular possua fonte de renda/patrimônio próprio seja preenchido Relatório Conheça seu Cliente específico e independente;
- As empresas do Grupo Modal são dispensadas de apresentação de Relatório de Conheça Seu Cliente;
- Aos Fundos Administrados pelas empresas do Grupo Modal também é dispensado o envio de KYC, no entanto, é obrigatório que os prestadores de serviços contratados pelos Fundos atendam às diligências necessárias para sua respectiva contratação, conforme previsto na Política de Contratação de Terceiros.

As fichas cadastrais devem apresentar assinatura do Officer responsável. Destaca-se a responsabilidade estabelecida pelo Artigo 64 da Lei 8.383/91.

“Art. 64 - Responderão como co-autores de crime de falsidade o gerente e o administrador de instituição financeira ou assemelhada que concorrerem para que seja aberta conta ou movimentados recursos sob nome:

I - falso;

II - de pessoa física ou de pessoa jurídica inexistente;

III - de pessoa jurídica liquidada de fato ou sem representação regular.”

Quaisquer situações consideradas atípicas ou suspeitas devem ser comunicadas diretamente ao Compliance para posterior análise.

Cabe ressaltar, ainda, a obrigatoriedade legal de identificar e monitorar de forma mais diligente os clientes que se enquadrarem como PEP's (Pessoas Expostas Politicamente).

Desta forma, quando do cadastramento de cliente PEP, é essencial que seja assinalada no SMART essa condição (*checkbox* específico assinalado no Smart pelo Cadastro e histórico do cliente no **“KYC”**). O Compliance fará as checagens habituais feitas a clientes (vide item Atuação do Compliance abaixo) sendo necessário monitoramento especial para esses clientes.

Vale lembrar que os clientes que sejam representantes, familiares ou pessoas do relacionamento próximo de PEP's também devem ser assim consideradas e em função disso, serão monitoradas de forma especial.

Os clientes da Modal DTVM passam pelo mesmo processo realizado para os clientes do Banco Modal, no entanto, por serem clientes varejo, não é aplicado o formulário de Conheça seu Cliente (**“KYC”**) exigido dos clientes do Banco Modal. Para esses casos, são realizadas pesquisas através de bases de dados que confirmem a validade dos dados apresentados, além da aplicação de pesquisas de *background check* que identifiquem situações que demonstrem níveis diferentes de risco associado.

VI.2.2 - Atuação do Compliance

A atuação do Compliance está dividida em três momentos:

a) Análise do Compliance

Para garantir o cumprimento das rígidas práticas de administração de risco, desde o início do relacionamento, os clientes passam pela análise do Compliance para verificar as informações prestadas e obter dados adicionais. Utilizamos como padrão as questões relacionadas no ANEXO I, sendo possível a necessidade de maiores esclarecimentos em função do desenvolvimento da pesquisa ou avaliação da documentação.

O objetivo desse procedimento é identificar eventuais indícios de práticas de lavagem de dinheiro ou financiamento ao terrorismo por parte do cliente e das demais pessoas jurídicas e físicas envolvidas direta ou indiretamente na operação proposta ou, ainda, em acontecimentos anteriores.

Para tanto, a análise de Compliance se baseia nas informações cadastrais, financeiras ou não, fornecidas pelo cliente através de seu Officer. A partir destas, é verificada a existência de processos judiciais e administrativos em que o cliente seja ou tenha sido parte, sua natureza e resultado, bem como a relevância de tais informações para o relacionamento com o cliente e para as boas práticas do mercado.

Adicionalmente, realiza-se a pesquisa de apontamentos negativos na mídia e listas restritivas disponíveis de maneira a determinar se o relacionamento com o cliente pode ensejar eventuais riscos de imagem para o Modal, além de identificar a existência de envolvimento do cliente em casos de lavagem de dinheiro ou financiamento ao terrorismo. Esse processo é iniciado após todas as informações relativas ao cliente serem encaminhadas à equipe de Compliance, que terá até 5 (cinco) dias úteis para a emissão de parecer.

O resultado das pesquisas realizadas por cliente é registrado no sistema SMART de forma individual, nas permissões habilitadas para administração do Compliance (Tela de Compliance).

Por meio de sistema de acompanhamento e monitoramento contratado de PLD/CFT (E-guardian) realizamos de forma automática identificação de clientes que passam figurar em listas restritivas ao longo do relacionamento com o Modal. Dessa forma, garantimos checagem periódica dos clientes da base.

Destacamos que clientes identificados na lista OFAC (Office of Foreign Assets Control) serão impedidos de iniciar e /ou manter relacionamento com o Modal bem como com as empresas do grupo.

As informações fornecidas pelo cliente somadas às análises complementares do Compliance podem obter os seguintes status:

- **OK** – clientes que não apresentaram quaisquer restrições ou não apresentaram restrições relevantes* vinculadas à lavagem de dinheiro, corrupção ou condutas relacionadas ou financiamento ao terrorismo. Prazo de monitoramento: a cada dois anos a contar da data da primeira análise;
- **OK com Monitoramento** - clientes enquadrados na condição de PEP, clientes enquadrados na condição de pessoas relacionadas com PEP e clientes que possuem restrições de natureza leve* não ligadas aos crimes de lavagem de dinheiro, corrupção ou condutas relacionadas devem ser monitoradas com maior diligência e habitualidade. Prazo de monitoramento: semestral (Dow Jones e Google), a contar da data detecção da restrição, bem como marcação como cliente PEP ou sensível no sistema e-Guardian;
- **Em processo de aprovação** - status temporário aguardando justificativa, informação complementar ou documento;
- **Não recomendado** - clientes que possuem restrições relevantes* relacionadas aos crimes de lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo, corrupção e/ou condutas em desacordo com a Política do Modal. Acompanhamento: fica a cargo do Comitê de Compliance a definição do tratamento de cada situação. Até a definição final, o cliente ficará na condição de inativo no SMART Cadastro impossibilitando o início de relacionamento e boletagem de qualquer operação.

***RESTRIÇÕES**

Consideramos para efeito de monitoramento duas espécies de restrições:

- Restrições Leves – São as restrições não ligadas aos crimes de lavagem de dinheiro, corrupção, tráfico de drogas e de armas e/ou condutas relacionadas com esses crimes;

- Restrições Relevantes – São as restrições ligadas aos crimes de lavagem de dinheiro, corrupção, fraudes, tráfico de drogas e de armas, financiamento ao terrorismo e/ou condutas relacionadas com esses crimes.

Os clientes pessoas físicas da Modal DTVM que realizam cadastramento automatizado pela plataforma - **Portal ModalMais** passam pelo processo de validação cadastral e pesquisas de Compliance por meio do Sistema BigData, que identifica situações de risco, cuja análise é realizada pela equipe de Compliance da Modal DTVM. Após avaliação, o cliente é cadastrado no sistema SMART e liberado para início de relacionamento.

b) Classificação de Clientes

Todos os clientes passam por uma classificação interna para caracterizá-lo com um potencial de risco que possa gerar maior ou menor exposição, de acordo com a natureza de suas atividades, demandando mais ou menos diligência conforme avaliação contínua de seu relacionamento e nível de suscetibilidade ao envolvimento em crimes de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo. Tal classificação é aplicada em conformidade com a Matriz de Risco apresentada no ANEXO III para os clientes Corporate e ANEXO IV para os clientes Varejo.

O Compliance avalia o nível de risco do cliente no momento em que efetua as análises iniciais e de reavaliação com foco em possíveis práticas de lavagem de dinheiro ou financiamento ao terrorismo, descritas anteriormente. Os resultados da análise, registrados no sistema SMART, permitem que o cliente seja adequadamente classificado para monitoramento, quando for observada qualquer situação que enseje acompanhamento de suas movimentações. Assim, quando classificado como “OK com monitoramento” no sistema SMART, ele também deverá ser classificado conforme a lista abaixo no sistema de acompanhamento e monitoramento de PLD/CFT (E-guardian):

- Lista PEP
- Lista Restritiva
- Lista Sanções
- Especial Atenção¹
- Não residente
- Apontado na Lei Anti-Corrupção
- Apontado em Mídia
- Grandes Fortunas

Para os clientes classificados como “OK com Monitoramento”, de acordo com a gravidade dos apontamentos identificados, a área de Compliance gerará dossiê com a informação relativa à situação que os classifique como tal, que deverá ser levado ao conhecimento do Comitê de Compliance para deliberação sobre eventuais medidas a serem adotadas em relação ao cliente.

Serão classificados como “OK com Monitoramento” aqueles clientes cujas informações cadastrais, movimentações, proposta ou operação:

- apresentem características, no que se refere às partes envolvidas, valores, formas de realização e instrumentos utilizados, ou que, pela falta de fundamento econômico ou legal, indiquem risco de ocorrência de crimes de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo;

¹ Todos os clientes identificados nas listas PEP, Restritivas, Sanções, Lei-anticorrupção e classificados como “Ok com monitoramento” serão marcados como “Especial Atenção

- mantém relacionamento e operações com pessoas politicamente expostas de nacionalidade brasileira ou estrangeira;
- apresentem indícios de burla aos procedimentos de identificação e registro;
- clientes ou operações em que não seja possível identificar o beneficiário final;
- sejam oriundas ou destinadas a países ou territórios que aplicam insuficientemente as recomendações do Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo (GAFI/FATF);
- não seja possível manter atualizadas as suas informações cadastrais;
- Pessoas Físicas que integrem Pessoas Jurídicas discriminadas abaixo;
- Pessoas Jurídicas cujo ramo de atividade esteja relacionado com a lista abaixo:
 - Partidos Políticos;
 - Turismo;
 - Joalheria;
 - Jogos e Entretenimentos em geral (jogos de azar, clubes de futebol, escolas de samba e todas as espécies de casas noturnas);
 - Motéis/Hotéis;
 - Restaurantes;
 - Agências de câmbio;
 - Objetos de arte;
 - Academias de Ginástica;
 - Fundações em geral (fins religiosos, assistenciais, dentre outros);
 - Armas e Munição;
 - Empresas de transportes de valores;
 - Supermercados;
 - Empresas cujo beneficiário final esteja sediado em países considerados “paraíso fiscal”;
 - Empresas cujo beneficiário final esteja sediado em países não colaboradores desta política.
- Pessoas Físicas cuja profissão esteja relacionada na lista apresentada no ANEXO II.

c) Outras situações

PEP

São consideradas PEP as pessoas físicas enquadradas no conceito da Circular 3.654 do Banco Central do Brasil, as pessoas físicas que se declaram PEP através de campo próprio na Ficha Cadastral do Modal e aquelas apontadas em listas públicas ou privadas pesquisadas pelo Compliance.

As pessoas que possuam relacionamento direto com PEP, ainda que não declarados em campo próprio da ficha cadastral, deverão ser assim classificadas também.

A título de informação, de acordo com definição da Circular BC 3.654, consideram-se PEP's os agentes públicos que desempenham ou que tenham desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiros, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

No caso de clientes brasileiros, devem ser abrangidos:

I - os detentores de mandatos eletivos dos Poderes Executivo e Legislativo da União;

II - os ocupantes de cargo, no Poder Executivo da União:

- a) de ministro de estado ou equiparado;
- b) de natureza especial ou equivalente;

- c) de presidente, vice-presidente e diretor, ou equivalentes, de autarquias, fundações públicas, empresas públicas ou sociedades de economia mista;
 - d) do Grupo Direção e Assessoramento Superiores (DAS), nível 6, ou equivalentes;
- III - os membros do Conselho Nacional de Justiça, do Supremo Tribunal Federal e dos tribunais superiores;
- III - os membros do Conselho Nacional de Justiça, do Supremo Tribunal Federal, dos tribunais superiores, dos tribunais regionais federais, do trabalho e eleitorais, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do Conselho da Justiça Federal;
- IV - os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador- Geral da República, o Vice-Procurador-Geral da República, o Procurador-Geral do Trabalho, o Procurador-Geral da Justiça Militar, os Subprocuradores-Gerais da República e os Procuradores- Gerais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal;
- V - os membros do Tribunal de Contas da União e o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União;
- VI - os governadores de Estado e do Distrito Federal, os presidentes de tribunal de justiça, de assembleia e câmara legislativa, os presidentes de tribunal de contas de Estado, do Distrito Federal e de Município, e de conselho de contas dos Municípios;
- VII - os prefeitos e presidentes de Câmara Municipal de capitais de Estados.

Instituições Vedadas

A movimentação financeira nas contas de clientes deve-se única e exclusivamente a operações destes mantidas com o Modal e nunca a operações em que o Modal não configure como contraparte ou liquidante/ custodiante. Dessa forma, o Modal não opera com:

- “bancos de fachada” (*shell banks*) - assim entendidos aqueles bancos constituídos em uma jurisdição onde não há qualquer presença física e/ou que não sejam integrados a um grupo financeiro regulamentado. Com isso, torna-se difícil obter a documentação societária e informações cadastrais, bem como as demais documentações que dizem respeito às movimentações realizadas e as partes envolvidas.
- “bancos hospedeiros” (*nested financial institutions*) - não mantemos contas ou subcontas de outras instituições sem que as mesmas sejam contrapartes de operações com o Modal.

Com relação àqueles clientes cuja classificação atribuída seja “OK com Monitoramento” e restrição leve, o Compliance tem alçada para deliberar sobre a continuidade do relacionamento com os mesmos.

VII. PROCESSO DE MONITORAMENTO

O objetivo desse procedimento é monitorar as operações dos clientes que deverão estar de acordo com o seu perfil e devem ser compatíveis com sua capacidade financeira e com sua atividade econômica. Esse monitoramento é realizado de duas maneiras:

- a) Alertas de Movimentação
 - Banco Modal e Demais Empresas

O Modal utiliza o sistema e-Guardian que tem por objetivo monitorar, através de regras diversas, a capacidade financeira do cliente, bem como situações consideradas atípicas e que possam configurar lavagem de dinheiro ou financiamento ao terrorismo, em linha com a legislação vigente sobre o tema.

Na eventualidade do sistema indicar qualquer situação atípica, a operação será analisada pelo Compliance, que poderá a seu critério arquivá-la ou encaminhá-la para justificativa do Gerente Responsável pelo cliente.

Caso a justificativa não seja suficiente, o Compliance poderá voltar ao Gerente para maiores esclarecimentos ou ainda encaminhar dossiê ao Comitê de Compliance para deliberação sobre o cliente.

- Modal DTVM

O tratamento de situações atípicas dos clientes que realizam operações através da Modal DTVM é realizado da mesma forma que o Banco e as demais empresas do grupo, entretanto, tais operações são monitoradas pelo sistema Nettrader.

b) Comunicação de operações suspeitas

Para as operações realizadas através das agências do Modal no Brasil, todos os casos suspeitos que apresentarem indícios de lavagem de dinheiro ou financiamento ao terrorismo serão submetidos ao Comitê de Compliance, para análise e decisão de comunicação. Já as operações realizadas através da agência de Cayman serão submetidas para análise do Diretor responsável por PLD. Em caso de deliberação pela comunicação por parte do Comitê (para operações no Brasil) ou pelo Diretor responsável (para as operações de Cayman), esta será realizada pela área de Compliance, que reunirá a documentação referente à análise para posterior registro no site do COAF (Brasil) e ou através dos contatos definidos pela Financial Reporting Authority das Ilhas Cayman, este último através de preenchimento do Relatório de Atividades Suspeitas (SAR) constante do Anexo V. Em caso da operação atípica estar relacionada a operações regulamentadas pela CVM é necessário, ainda, que tal situação seja informada no campo “Informações Adicionais”.

Na eventualidade da situação a ser comunicada envolver PEP, essa condição deverá ser informada na tela de comunicação existente no sistema do COAF.

As evidências de análise e decisão de reporte são formalizadas por e-mail com envolvimento dos responsáveis pelo processo de PLD/CFT.

O Compliance realiza comunicações ao COAF também no caso de indícios de prática de atividades suspeitas para os fins da Lei 12.846/12. Na eventualidade de não serem identificadas situações que mereçam comunicação ao longo do exercício, a área de Compliance realizará a comunicação negativa dentro do período previsto pelos reguladores.

As operações realizadas na agência localizada em Cayman que eventualmente contenham suspeitas de ilícito, serão analisadas pelo Diretor de Prevenção à Lavagem de Dinheiro ou seu substituto, tendo esses profissionais alçada exclusiva de decisão sobre a realização de comunicação.

Fica definido que os responsáveis por realizar a comunicação de operações suspeitas nessa agência são o Diretor de Prevenção à Lavagem de Dinheiro junto ao BACEN e o Gerente de Compliance (suplente).

VIII. OUTRAS FORMAS DE CONTROLE

a) Clientes Prospects

É obrigatório que as áreas comerciais no momento da prospecção ou do desenvolvimento de um novo produto encaminhem as PFs e/ou PJs envolvidas, com os respectivos CPFs e CNPJs, para análise prévia do Compliance. Essa análise tem o foco e utilizará o mesmo escopo de pesquisa mencionado no item “Análise de Compliance”, descrito acima.

Os *prospects* que possuírem quaisquer restrições/riscos que possam vir a afetar a imagem do Modal serão levados a Comitê de Compliance, que avaliará e se posicionará sobre o início do relacionamento. Cabe ao Compliance manter os registros das análises realizadas.

Nesta oportunidade o Compliance deverá buscar através do Officer informações que justifiquem as movimentações alertadas.

b) Desenvolvimento de Novos Produtos

Todo novo produto a ser desenvolvido deverá conter em sua formalização a aprovação da área de Compliance identificando os possíveis riscos de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo existente na estrutura proposta. As operações vinculadas ao novo produto só poderão ser realizadas após tal avaliação.

c) Atuação do Officer

As situações que apresentem as características abaixo relacionadas deverão ser direcionadas imediatamente ao Compliance:

- Cadastramento de novos clientes considerados “pessoas publicamente/politicamente expostas”;
- Constantes movimentações financeiras para terceiros identificados como “pessoas publicamente/politicamente expostas”;
- Situações de resistência em facilitar as informações necessárias para a abertura de conta, fornecimento de informação falsa ou prestação de informação de difícil ou onerosa verificação (beneficiário final ou informações patrimoniais);
- Atuação, de forma contumaz, em nome de terceiros ou sem a revelação da verdadeira identidade do beneficiário;
- Abertura / manutenção de numerosas contas com vistas ao acolhimento de depósitos em nome de um mesmo cliente;
- Abertura e/ou movimentação de conta de pessoa física por detentor de procuração ou qualquer outro tipo de mandato;
- Saques ou depósitos irregulares e de valores relevantes, não compatíveis com o tipo de conta ou com o patrimônio legítimo já documentado;
- Solicitação de sigilo de determinada movimentação;
- Solicitação de registro de determinada movimentação em nome de terceiros (PF ou PJ);
- Operação de valor muito superior ao que o cliente costuma operar, ocasionando em descasamento da capacidade financeira com a movimentação;
- Proposta de operação que, por sua natureza, frequência, valores, partes envolvidas, possa caracterizá-la como atípica.

Nessas situações o Officer será convidado a justificar a atitude do cliente.

Nesse sentido, é de extrema relevância que as áreas Comerciais obtenham as informações que permitam identificar o ponto alertado e fazer os devidos esclarecimentos.

As justificativas serão analisadas pelo Compliance e, se for o caso, pelo Comitê de Compliance, gerando uma conclusão, que poderá ser objeto de comunicação aos órgãos fiscalizadores.

d) Monitoramento das Operações de Câmbio

A Circular nº 3.584/12 atualiza o Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMCCI) e aperfeiçoa medidas de prevenção à prática de lavagem de dinheiro ou financiamento ao terrorismo nas transferências internacionais.

É procedimento da área responsável pelo processamento das operações de câmbio obter do Officer informações detalhadas sobre as ordens de pagamentos e manter registro de toda documentação fornecida para comprovação da operação.

A identificação das partes envolvidas é requerida de forma obrigatória e faz parte do fluxo operacional a consulta de listas nacionais e internacionais.

Detectada qualquer ausência de dados, divergência ou irregularidade nas contrapartes – principalmente as que contrariem a legislação aplicável e normas internas - as mesmas devem ser prontamente comunicadas ao Compliance para avaliação.

Os nossos Correspondentes no exterior são avaliados anualmente em forma de *Due Diligence* e analisados pelo Compliance através das ferramentas de pesquisas disponíveis.

IX. DISTRIBUIDORES

De acordo com a legislação vigente e em linha com as melhores práticas adotadas pelo mercado, os Distribuidores que possuem relacionamento com o Modal deverão efetuar o preenchimento de *Due Diligence* específica, que visa atestar os mecanismos adotados para a prevenção à lavagem de dinheiro, tendo em vista que não conseguimos realizar o “KYC” de clientes captados via Distribuidor.

Esta ação visa mitigar riscos de imagem que porventura algum de nossos Distribuidores contratados possam causar ao Modal.

O Compliance fica responsável pelo armazenamento e análise das *Due Diligences* recebidas.

X. FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES

1. Diretoria Executiva

Órgão máximo da instituição responsável por apoiar a política de prevenção aos crimes de lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo:

- Prover recursos para que toda equipe atuante no processo possa alcançar seus objetivos; e
- Zelar pela prevenção aos crimes de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo descritos nesta Política.

2. Comitê de Compliance

O Comitê de Compliance é responsável por analisar e decidir quaisquer demandas submetidas pelas áreas que compõem o GRC.

As reuniões do Comitê de Compliance ocorrem sem periodicidade definida, podendo suas deliberações, serem realizadas de forma não presencial e formalizadas por e-mail.

O Comitê de Compliance possui como principais responsabilidades:

- Aprovar a política de prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo;
- Aprovar início de relacionamento e manutenção de relacionamento com Pessoas Politicamente Expostas;
- Analisar os relatórios de Compliance e decidir pela comunicação do(s) cliente(s) enquadrado(s) como sensíveis;
- Analisar as demandas levadas para deliberação nas reuniões do Comitê de Compliance, emitindo pareceres e decisões de acordo com esta Política e com a legislação aplicável; e
- Zelar pela política de prevenção aos crimes de lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo, descrita nesta Política.

3. Compliance

- Divulgar as normas e procedimentos relativos à prevenção aos crimes de lavagem de dinheiro e combate ao terrorismo;
- Manter Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Terrorismo atualizada de acordo com a regulamentação vigente;
- Dar manutenção aos controles internos e manuais relativos ao tema;
- Orientar todos os associados de acordo com as regras estabelecidas nesta Política;
- Prover adequado treinamento aos associados com programação permanente e de amplo alcance;
- Analisar as situações suspeitas ou não conformes identificadas através de alertas sistemáticos, nos monitoramentos regulares da área ou em quaisquer outros trabalhos específicos que objetive controle de prevenção aos crimes de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, submetendo relatórios a análise do Comitê de Compliance;
- Executar a comunicação ao COAF dos casos considerados suspeitos após deliberação do Comitê de Compliance ou da diretoria;
- Encaminhar declaração de não verificação de situações atípicas, quando não realizado qualquer informação ao COAF no ano. Esta declaração deverá ser encaminhada em até 10 dias úteis após o encerramento do ano base.

4. Áreas Comerciais (Officers)

- Responsáveis pelo atendimento a Política Conheça seu Cliente (“KYC”) efetuando adequada identificação do cliente através de estreito relacionamento, contato e visitas periódicas;
- Responsáveis por responder prontamente as demandas de monitoramento da área de Compliance devendo justificá-la;
- Comunicar ao Compliance sobre atitudes suspeitas dos clientes, movimentação de recursos ou proposta de operação incompatível ou qualquer outro procedimento que saia do curso normal das operações do cliente que venha lhe causar estranheza.

5. Cadastro

- Responsáveis por cumprir as exigências definidas na Resolução nº 2.025 de 24/11/1993 e modificações posteriores;

- Manter atualizado o SMART-SAP - Sistema de Análise de Poderes (sistema interno utilizado pelo Banco Modal) onde são controlados os vencimentos dos documentos cadastrais (para recadastramento), as pendências de documentos não entregues e os poderes de representação de cada Cliente;
- Verificar a qualidade das informações apostas nas fichas cadastrais, identificando e solicitando correção de eventuais ausências ou inconsistências de informações, principalmente aquelas relacionadas a beneficiários finais e financeiras;
- Realizar confirmação das informações passadas pelo cliente em sua ficha cadastral;
- Cobrar eventuais pendências cadastrais bem como a regularização em prazo adequado destas bem como da atualização cadastral.

6. Auditoria Interna

- Revisar e avaliar os procedimentos contidos nesta Política.

XI. PARAÍÇOS FISCAIS

É considerado paraíso fiscal qualquer país que não tribute a renda, ou que tenha tributos sobre a renda inferiores a 20% (segundo as regras brasileiras).

Ressalta-se que os paraísos fiscais podem ser utilizados de forma lícita. O contribuinte tem o direito de procurar formas legais de diminuir a carga tributária, assim como esses países chamados de paraísos fiscais têm o direito de estruturar sua economia de tal modo a atrair o capital estrangeiro.

A listagem contendo os nomes dos países considerados paraísos fiscais nesta Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 1.154/11.

Os associados devem atentar-se quando realizarem negócios com clientes que sejam provenientes de paraísos fiscais, tomando medidas apropriadas que garantam a identificação dos clientes, beneficiários finais, além do monitoramento contínuo das transações que requeiram especial atenção.

XII. TREINAMENTO

Os associados do Modal devem estar adequadamente treinados no que tange à prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo. Para isso, o Modal realiza treinamentos periódicos que visam orientar aos associados acerca da temática em questão, bem como reforçar a necessidade do cumprimento dos procedimentos dispostos neste documento.

O treinamento será aplicado quando da admissão do associado no Modal e em oportunidades futuras como forma de reciclagem. Os treinamentos poderão ser presenciais ou eletrônicos (on line) podendo o Compliance aplicar avaliações a fim de testar o conhecimento dos Associados.

O material utilizado nos treinamentos aborda tópicos que são considerados importantes de acordo com a regulamentação vigente, aborda conceitos e procedimentos inerentes ao combate ao financiamento do terrorismo e engloba os processos de controle e monitoramento adotados pelo Modal.

Todos os associados poderão participar dos treinamentos de PLD/CFT, no entanto, as áreas comerciais, recursos humanos, tesouraria, cadastro e câmbio devem participar de maneira obrigatória dos treinamentos realizados.

Os profissionais de Compliance deverão, como forma de aquisição de novos conhecimentos, participar de congressos e treinamentos externos direcionados para o tema e multiplicar o conteúdo para os demais profissionais da instituição.

XIII. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo comprovado o descumprimento das normas aqui expostas, o Modal e os seus associados estão sujeitos às seguintes penalidades:

Na esfera jurídica e administrativa:

- Advertência;
- Multa pecuniária variável;
- Inabilitação temporária;
- Cassação da Autorização para operação ou funcionamento; e
- Reclusão.

Institucionalmente:

- Advertência;
- Demissão.

Cabe ressaltar que esta Política foi produzida pelo Compliance e está disponível na Intranet do Modal para conhecimento de todos os associados. Sua reprodução ou divulgação sem a autorização prévia é proibida, sendo passível de aplicação de penalidades quando identificada a sua utilização indevida.

Dúvidas ou esclarecimentos adicionais devem ser direcionados ao Compliance.

XIV. ATUALIZAÇÕES

Esta Política deverá ser atualizada sempre que houver alterações substantivas em procedimentos ou legislação que afetem o assunto.

ANEXO I – Questionário Padrão

A) QUALIFICAÇÃO DO POTENCIAL CLIENTE

1. Nome do potencial cliente:
2. CPF/CNPJ:
3. Local de residência/sede:
4. Outras pessoas (PJ ou PF) envolvidas direta ou indiretamente com a operação pretendida que mereçam análise (para PJs, informar nome e CPF da(s) pessoa(s) na estrutura societária, possibilitando a identificação do **beneficiário final** das mesmas):
5. Faturamento médio ou IR dos sócios quando empresa recém constituída ou pré-operacional:

B) RELACIONAMENTO

1. Como conheceu o cliente, como e onde iniciou o relacionamento:
2. Cite outras visitas realizadas e respectivos locais:
3. Cite demais pessoas do cliente que você conheceu, incluindo pessoas envolvidas na operação mas não ligadas diretamente ao cliente (ex: consultores, advogados, representantes, diretores e etc):

C) OPERAÇÃO PRETENDIDA

1. Breve histórico operacional da empresa (PJ) ou histórico de formação patrimonial (PF):
2. Operação pretendida: (combo com Crédito, Câmbio (*), Investimentos e Outros) –
3. Volume / prazo da operação:
4. Partes envolvidas: citar as PJs e PFs envolvidas na operação proposta descrevendo o envolvimento / papel delas na operação:

() Em caso de câmbio, favor informar o país de origem e de destino do recurso, as IFs envolvidas e o objeto do câmbio.*

ANEXO II – Lista de Profissões

ATIVIDADE
SERVICOS DE ADMINISTRACAO PUBLICA
FUNDACAO, ENTIDADE E ASSOCIACAO SEM FIM LUCRATIVO
CONTADOR
ADVOGADO
ESCULTOR, PINTOR E ASSEMELHADOS
PROCURADOR E ASSEMELHADOS
FISCAL
OCUPANTE DE CARGO DE DIRECAO E ASSESSORAMENTO SUPE
OCUPANTE DE CARGO DE DIRECAO E ASSESSORAMENTO INTE
TABELIAO
SERVIDOR PUBLICO FEDERAL
SERVIDOR PUBLICO ESTADUAL
SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL
DESPACHANTE, INCLUSIVE O ADUANEIRO
JOALHEIROS E OURIVES
SACERDOTE OU MEMBRO DE ORDENS OU SEITAS RELIGIOSAS

ANEXO III – Matriz de Risco Corporate

Item	Sem risco	Baixo	Médio	Alto
Localização Geográfica	residente no Brasil, exceto região de fronteiras;	Residente no Exterior, exceto em: - países ou dependências com tributação favorecida; - países ou dependências que oponham sigilo relativo a composição societária; - jurisdições de alto risco (listas restritivas)	-Residente em países ou dependências com tributação favorecida; -Localizados e região de tríplice fronteira	-Residente em Jurisdições de Alto Risco; -Residente em países ou dependências que oponham sigilo relativo a composição societária de PJ.
Capacidade Financeira ou Patrimonial	compatível	compatível	valor da operação bem próxima a 10% da capacidade total informada pelo cliente	Valor incompatível, acima de 100% da capacidade financeira ou patrimonial Recusa ao fornecimento de demonstrativos de capacidade financeira
Fundamentação Econômica	compatível	compatível	Atividade incompatível com o objetivo da operação	Ausência de documentos que justifiquem a operação Valores incompatíveis com a atividade econômica
Beneficiário Final	100% identificado e local	100% identificado documentalmente mas com beneficiário final residente no Exterior, exceto em: - países ou dependências com tributação favorecida; - países ou dependências que oponham sigilo relativo a composição societária; - jurisdições de alto risco (listas restritivas)	Indicação de Beneficiários Finais sem comprovação documental	Recusa na identificação de beneficiários finais
Atividade	atividade não relacionada na Lei 9.613 e não PEP	atividade não relacionada na Lei 9.613 e não PEP	PEP ou atividade relacionada na Lei 9.613	PEP e Atividade relacionada na Lei 9.613
Mídias	sem mídias	mídias negativas não relacionadas a práticas corruptivas, fraudes, LD ou inadequadas no mercado financeiro / empresarial	mídias negativas relacionadas a práticas inadequadas no mercado financeiro	mídias negativas relacionadas a LD, corrupção e fraudes
Processos Judiciais e Administrativos*	sem processos	Processos em trâmite	Processos julgados com decisão desfavorável ao cliente	Processos transitados em julgado, com decisão desfavorável ao cliente.

ANEXO IV – Matriz de Risco Varejo

Item	Sem risco	Baixo	Médio	Alto
Localização Geográfica	Residente no Brasil, exceto região de fronteiras;	Residente no Exterior, exceto em: - países ou dependências com tributação favorecida; - países ou dependências que oponham sigilo relativo a composição societária; - jurisdições de alto risco (listas restritivas)	Residente em países ou dependências com tributação favorecida; Localizados e região de tríplice fronteira	Residente em Jurisdições de Alto Risco; Residente em países ou dependências que oponham sigilo relativo a composição societária de PJ.
PEP	Não ser PEP			Ser PEP
Situação Financeira Patrimonial	Declarou renda e patrimonio		Sem renda ou patrimonio	Sem renda declarada e patrimonio
Categoria Profissional	Renda < piso salarial medio categoria	Renda >= 1,30 do piso salarial medio categoria		Renda > 1,30 do piso salarial médio categoria
Mídias	sem mídias			mídias negativas relacionadas a LD, corrupção e fraudes
Processos Judiciais e Administrativos*	sem processos			Citado como parte em processo criminal

- Países ou dependências com tributação favorecida em conformidade com a INRFB 1.037/2010 e suas alterações
- Países classificados como alto risco conforme comunicados COAF
- Municípios em região de fronteira, conforme descrito nas bases de dados IBGE

ANEXO V . FINANCIAL REPORTING AUTHORITY

Delivery Address:

133 Elgin Avenue
4th Floor, Government Administration Building
George Town, Grand Cayman
Cayman Islands
Tel No. (345) 945-6267
Fax No. (345) 945-6268



Mailing Address:

P.O. Box 1054
Grand Cayman KY1 - 1102
Cayman Islands

SUSPICIOUS ACTIVITY REPORT

Note: This form should preferably be typed using arial 12 point font.

Date of this Report:

Date of Original Report (if applicable):

FRA Case No. (if known):

1. REPORTING ENTITY DETAILS:

Name of Reporting Entity:

Reference of Reporting Entity:

Address of Reporting Entity:

Name of Money Laundering Reporting Officer:

Note: The name of an individual who is authorized to discuss the contents of this report must be provided.

Phone number:

Fax number:

Direct private fax:

yes

no

Do you wish to be contacted prior to faxes being sent to this number:

yes

no

Type of Reporting Entity:

(i.e. bank, trust company, mutual fund administrator, insurance manager, real estate agent etc.)

Nature of service(s) provided to the individual and / or entity that is the subject of this report:

2. SUBJECT(S) OF REPORT (Natural Persons):

Note: Please attach additional sheets as necessary.

Surname:

First Name:

Gender:

Date of Birth:

Place of Birth:

Nationality:

Occupation/Profession:

Address(es):

PO Box:

Street No. and Name:

City/Town

State/Province

Country

Zip/Postal Code:

Telephone No:

Fax No.:

E-Mail:

Identification Document Type:

(i.e. passport, driver's license etc.)

Identification Document Number:

Date of Issue:

Place of Issue:

Account number(s) if applicable:

Other signatories on the account. (Please include relevant KYC details):

Other Information:

3. SUBJECT(S) OF REPORT (Legal Entities)

Note: Please attach additional sheets as necessary.

Entity Type (company, trust, partnership, charity, other):

Name of Entity:

Jurisdiction of Incorporation/Registration:

Date of Incorporation/Registration:

Purpose of Entity:

Registered Office Address (or address of Trustee or General Partner etc.):

Business Address (if different from registered office address):

NOTE: Please include relevant information for entity type (i.e. settlor and beneficiary information for a trust) following which is a following which is a natural person please provide the information noted in Section 2.

Shareholder(s):

Name(s):

Director(s):

Name(s):

Ultimate Beneficial Owner (s) if different from above:

Name(s):

Account number(s) if applicable:

Other signatories on the account: (Please include relevant KYC details):

Other Information:

4. OTHER FINANCIAL SERVICE PROVIDERS INVOLVED IN ACTIVITY:

Name(s):

Address(es):

Account number(s) if applicable:

Other Information:

5. REASON FOR SUSPICION

Note: Please include relevant details including date business relationship established/declined, source of funds, value of assets currently held if any and nature of the suspicion. Attach additional sheets as necessary.

Signature of Money Laundering Reporting Officer